



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0023679-63.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal**
 Documento de Origem: **IP - 465/2012 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jose Domingos Pereira Gonzaga**
 Vítima: **Marilu Severino**

Aos 07 de outubro de 2014, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Jose Domingos Pereira Gonzaga, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi o réu interrogado. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª PROMOTORA:**“MM. Juiz: JOSÉ DOMINGOS PEREIRA GONZAGA, qualificado a fls.04, com foto a fls.16, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, “por duas vezes”, do CP, porque nos dias 16 e 17 de setembro de 2012, por volta da 01h e 02h15, respectivamente, em locais diversos, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de Marilu Severino, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.12. A ação é improcedente por insuficiência de provas. Vítima e testemunhas não compareceram. Por três vezes foi tentada a localização através do telefone referido nos autos, não sendo a ligação atendida em nenhuma das vezes. Por tal motivo, houve a desistência da vítima e testemunha, que foram intimadas e não compareceram na audiência, demonstrando total desinteresse. Apesar da materialidade, não foi produzida prova em juízo. O réu se defendeu e apresentou cópia de BO sendo o mesmo vítima de ameaça com uso de uma faca, conforme BO juntado, dias antes dos fatos. O réu negou os fatos da denúncia, além do que a prova do inquérito não apontou testemunhas que tenham presenciado os fatos. A tia da vítima referida no inquérito não viu o momento dos fatos. Assim por insuficiência, requeiro a absolvição. **Dada a palavra a DEFESA:**“MM. Juiz: Em comum com o Ministério Público, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

seguinte sentença:“JOSÉ DOMINGOS PEREIRA GONZAGA, qualificado a fls.04, com foto a fls.16, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, “por duas vezes”, do CP, porque nos dias 16 e 17 de setembro de 2012, por volta da 01h e 02h15, respectivamente, em locais diversos, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de Marilu Severino, causando-lhe as lesões corporais de natureza leve, conforme laudo juntado as fls.12. Recebida a denúncia (fls.52), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.78). Nesta audiência foi o réu interrogado. Pelas partes foi dito que desistiam da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “a ação é improcedente por insuficiência de provas. Vítima e testemunhas não compareceram. Por três vezes foi tentada a localização através do telefone referido nos autos, não sendo a ligação atendida em nenhuma das vezes. Por tal motivo, houve a desistência da vítima e testemunha, que foram intimadas e não compareceram na audiência, demonstrando total desinteresse. Apesar da materialidade, não foi produzida prova em juízo. O réu se defendeu e apresentou cópia de BO sendo o mesmo vítima de ameaça com uso de uma faca, conforme BO juntado, dias antes dos fatos. O réu negou os fatos da denúncia, além do que a prova do inquérito não apontou testemunhas que tenham presenciado os fatos. A tia da vítima referida no inquérito não viu o momento dos fatos”. Não havendo prova para a condenação, a absolvição pe de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** José Domingos Pereira Gonzaga com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):